



Estratégia
Concursos

2º SIMULADO

TJRJ

**TÉCNICO DE ATIVIDADE
JUDICIÁRIA**

PÓS-EDITAL

Simulado Especial

Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-15-03-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS**TJRJ debate a importância da valorização da Primeira Infância**

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em
09/03/2020

Com um debate sobre a Atenção à Primeira Infância nos Programas de Acolhimento através da integração de uma rede de atendimento às gestantes, mães presidiárias, em situação de rua, além de assistência de saúde para aquelas cujos pais estão presos, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) iniciou, nesta segunda-feira (09/03), a 5ª Semana de Valorização da Primeira Infância, que acontecerá também nos dias 11 e 13/03. O objetivo é discutir as necessidades das crianças no período de zero a seis anos de vida.

Durante a abertura do evento, realizado no auditório Desembargador Paulo Roberto Leite Ventura da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), a juíza Raquel Chrispino, integrante da Coordenadoria Judiciária das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso (Cevij), apresentou as principais propostas do Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Ela lembrou que a preocupação do TJRJ com a Primeira Infância veio a partir da experiência de algumas psicólogas e assistentes sociais que trabalhavam na Vara da Infância da Capital, que perceberam a importância de dinâmicas e formas de trabalho especiais para as crianças menores.

Segundo a magistrada, a entrada em vigor da lei 13.257/2016, com a qual o Brasil se tornou o primeiro país a reconhecer e valorizar a Primeira Infância na América Latina, fez o Judiciário se preocupar com novos aspectos.

– A relação dos juízes criminais com a primeira infância é importante. O juiz da VEP se relaciona por causa da prisão que ele é responsável, pela prisão do pai, da mãe. Então, ele pode pegar o dado daquele filho e passar para a rede para que ele possa ser acolhido. E os juízes de família se relacionam pela paternidade. Nessas questões já estamos mais envolvidos dentro do TJRJ, mas eram áreas que sempre trabalharam separadas. A Primeira Infância vem como um guarda-chuva que vai ligar algumas áreas que antes, a princípio, não estavam diretamente ligadas – enfatizou a juíza.

Presidente da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e da Juventude e do Idoso (Cevij), o juiz Sergio Luiz Ribeiro de Souza lembrou durante o encontro que pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o acolhimento familiar é preferencial em relação ao acolhimento institucional em abrigos – e citou uma pesquisa demonstrando que para cada ano de acolhimento institucional há um déficit de desenvolvimento de 4 meses. Só que os programas que envolvem famílias acolhedoras não têm o número de vagas necessárias.

– Há ainda um outro desafio: a atenção à Primeira Infância no âmbito de justiça das políticas públicas. Precisamos que todos os entes entendam a criança e o adolescente como prioridade absoluta. Para se ter uma ideia, a questão orçamentária deveria ser: o Estado teria que verificar o que é necessário para atender a infância e a

juventude e o que sobrar, dividiria para o resto – disse o magistrado.

Nesta quarta-feira (11/03), a partir de 13h, vai ser debatida a Atenção à Primeira Infância no Contexto de Privação de Liberdade. Já na sexta-feira (13/01), às 9h, o tema é a Atenção à Primeira Infância no Âmbito do Sistema de Justiça e nas Políticas de Educação e Saúde. Os dois painéis acontecem no auditório Desembargador Paulo Roberto Leite Ventura da Emerj.

Também participaram do evento a promotora Allyne Giannini, o defensor público Rodrigo Azambuja, e representantes de órgãos públicos ligados à infância, das secretarias de Estado de Saúde e de Educação, e da secretaria de Assistência Social do Município do Rio.

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/7076433>

01. O objetivo do texto é:

- noticiar debate institucional acerca da importância da valorização da Primeira Infância.
- defender que as gestantes, mães presidiárias e em situação de rua têm direitos à saúde.
- posicionar a favor de movimentos culturais que envolvem as famílias de baixa renda.
- declarar que a primeira infância não pode ser perdida e deve ser defendida pelas instituições.
- mostrar a declaração de autoridades e profissionais de saúde sobre a assistência de saúde no Rio de Janeiro.

02. A vírgula após cada termo nas alternativas abaixo ocorreu pelo mesmo motivo em 4 expressões. A única que não ocorreu pelo mesmo motivo é:

- “Com um debate sobre a Atenção à Primeira Infância nos Programas de Acolhimento através da integração de uma rede de atendimento às gestantes, mães presidiárias, em situação de rua, além de assistência de saúde para aquelas cujos pais estão presos,” (1º parágrafo)
- “Durante a abertura do evento,” (2º parágrafo)
- “Segundo a magistrada,” (3º parágrafo)
- “Presidente da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e da Juventude e do Idoso (Cevij),” (5º parágrafo)
- “Nesta quarta-feira (11/03),” (7º parágrafo)

03. Quanto aos aspectos linguísticos do 3º parágrafo, marque a alternativa correta.

- Deve-se inserir a preposição “por” diante de “que ele é responsável” (3º parágrafo), a fim de manter a correção gramatical e a coerência.
- A expressão “Nessas questões” (3º parágrafo) é adjunto adverbial antecipado, por isso pode ser seguida de vírgula.

c) A conjunção “mas” (3º parágrafo) pode ser substituída por **conquanto**, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original.

d) Na expressão “enfatizou a juíza” (3º parágrafo), o verbo é transitivo direto e o termo “a juíza” é seu complemento verbal.

e) A expressão “com a primeira infância” (3º parágrafo) é termo caracterizador de “juízes criminais” (3º parágrafo).

04. A reescrita do trecho “Ela lembrou que a preocupação do TJRJ com a Primeira Infância veio a partir da experiência de algumas psicólogas e assistentes sociais que trabalhavam na Vara da Infância da Capital, que perceberam a importância de dinâmicas e formas de trabalho especiais para as crianças menores.” (2º parágrafo) preserva a correção gramatical e o sentido na seguinte alternativa:

a) Ela lembrou-se de que o TJRJ estava preocupado com a Primeira Infância e isso veio à partir da experiência de algumas psicólogas e assistentes sociais, que trabalhavam na Vara da Infância da Capital e perceberam a importância de dinâmicas e formas de trabalho especiais para as crianças menores.

b) Ela se lembrou de que a preocupação em relação ao TJRJ com a Primeira Infância veio a partir de relatos de algumas psicólogas e assistentes sociais, que trabalhavam na Vara da Infância da Capital, as quais perceberam a importância de dinâmicas e ambientes de trabalho especiais para as crianças.

c) Ela lembrou de que a preocupação referente ao TJRJ de acordo com a Primeira Infância veio a partir da experiência, de algumas psicólogas e assistentes sociais, que trabalhavam na Vara da Infância da Capital e perceberam a importância de dinâmicas e formas de trabalho especiais para as crianças.

d) Ela se lembrou de que a preocupação do TJRJ com a Primeira Infância veio a partir da experiência de psicólogas e assistentes sociais as quais trabalhavam na Vara da Infância da Capital e perceberam a importância de dinâmicas e formas de trabalho especiais para as crianças menores.

e) Ela lembrou, que a preocupação do TJRJ na Primeira Infância veio à partir da experiência de algumas psicólogas e assistentes sociais que trabalhavam na Vara da Infância da Capital o qual perceberam a importância de dinâmicas e formas de trabalho especiais para as crianças menores.

05. A expressão “Só que” (5º parágrafo) mantém a correção gramatical e o sentido se substituída por:

a) Embora

b) Portanto

c) Caso

d) Porém

e) Quando

06. Marque a alternativa cujo conectivo não apresenta recurso anafórico:

a) “que acontecerá também nos dias 11 e 13/03” (1º parágrafo)

b) “que a preocupação do TJRJ com a Primeira Infância veio a partir da experiência de algumas psicólogas e assistentes sociais” (2º parágrafo)

c) “que perceberam a importância de dinâmicas e formas de trabalho especiais para as crianças menores” (2º parágrafo)

d) “que sempre trabalharam separadas” (4º parágrafo)

e) “que vai ligar algumas áreas” (4º parágrafo)

07. Marque a alternativa que substitui a expressão “Então, ele pode pegar o dado daquele filho e passar para a rede” com preservação de sentido e linguagem mais adequada ao contexto:

a) Então, ele pode prender o dado daquele filho e entregar para a rede

b) Outrossim, ele pode pegar o dado daquele filho e passar para a rede

c) De antemão, ele agarrar pegar o dado daquele filho e ultrapassar para a rede

d) Assim, ele pode aderir o dado daquele filho e transpor para a rede

e) Então, ele pode obter o dado daquele filho e transmitir para a rede

08. Em relação ao período “Com um debate sobre a Atenção à Primeira Infância nos Programas de Acolhimento através da integração de uma rede de atendimento às gestantes, mães presidiárias, em situação de rua, além de assistência de saúde para aquelas cujos pais estão presos, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) iniciou, nesta segunda-feira (09/03), a 5ª Semana de Valorização da Primeira Infância, que acontecerá também nos dias 11 e 13/03.” (1º parágrafo), marque a alternativa cuja substituição da palavra grifada está corretamente realizada entre parênteses:

a) **Com** um debate (Por)

b) Com um debate **sobre** a Atenção à Primeira Infância (a cerca de)

c) Programas de Acolhimento **através da** integração (por meio da)

d) **além de** assistência de saúde (ademais)

- e) **para** aquelas cujos pais estão presos (a fim de)
09. Em relação ao 1º parágrafo, marque a alternativa cujo termo não exerce a função de complemento:
- a) às gestantes
 - b) cujos pais
 - c) da Primeira Infância
 - d) as necessidades
 - e) das crianças

10. Em relação à colocação pronominal no período “Segundo a magistrada, a entrada em vigor da lei 13.257/2016, com a qual o Brasil se tornou o primeiro país a reconhecer e valorizar a Primeira Infância na América Latina, fez o Judiciário se preocupar com novos aspectos.” (3º parágrafo), marque a alternativa correta:

- a) A fim de manter a correção gramatical, a primeira ocorrência do pronome átono “se” deve se deslocar para após o verbo “tornou”: **tornou-se**.
- b) É obrigatório o deslocamento da segunda ocorrência do pronome átono “se” para após o verbo “preocupar”: **preocupar-se**.
- c) É facultativo o deslocamento da primeira ocorrência do pronome átono “se” para após o verbo “tornou”: **tornou-se**.
- d) É facultativo o deslocamento da segunda ocorrência do pronome átono “se” para após o verbo “preocupar”: **preocupar-se**.
- e) Ambas as construções estão erradas, pois ambos os pronomes devem se posicionar após os respectivos verbos.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

11. Conforme dispõe o texto da Lei Estadual nº 6.956/2015 (LODERJ), o Presidente do Tribunal de Justiça é o Chefe do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, sendo sua atribuição:
- a) integrar o Órgão Especial e o Conselho da Magistratura.
 - b) distribuir, na forma da lei processual, os feitos de natureza cível de competência de órgão julgador de segunda instância.
 - c) designar por indicação do Corregedor-Geral, os Juízes dirigentes dos Núcleos Regionais.
 - d) tomar parte nos julgamentos do Órgão Especial, sem as funções de relator ou revisor, salvo quando vinculado por vista ou distribuição anterior.

- e) instituir comissões e designar magistrados para integrá-las, inclusive o processo de escolha dos integrantes das Comissões de Legislação e Normas e do Regimento Interno.

12. No que concerne ao Tribunal Pleno, segundo a LODERJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Tribunal Pleno, órgão máximo da estrutura do Tribunal de Justiça, constituído por todos os Desembargadores ativos, tem sua competência definida na Constituição da República, na Constituição do Estado e no seu Regimento, podendo autoconvocar-se para deliberar sobre matérias que entenda estratégicas para a organização e o funcionamento do Poder Judiciário.
- b) O Tribunal Pleno será convocado pelo Presidente do Tribunal ou mediante autoconvocação para deliberação sobre critérios de sua competência.
- c) A autoconvocação deverá ser formulada com indicação de pauta específica.
- d) As eleições poderão ser realizadas mediante processo eletrônico.
- e) O quórum mínimo para instalação do Tribunal Pleno será de 150 desembargadores.

13. De acordo com a Lei n.º 4.620/2005, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça atua por delegação do Tribunal Pleno e é constituído de:

- a) 25 desembargadores, sendo 13 vagas preenchidas por antiguidade e 12 por eleição.
- b) 25 desembargadores, sendo 12 vagas preenchidas por antiguidade e 13 por eleição.
- c) 25 desembargadores, sendo 10 vagas preenchidas por antiguidade e 15 por eleição.
- d) 27 desembargadores, sendo 13 vagas preenchidas por antiguidade e 14 por eleição.
- e) 30 desembargadores, sendo 17 vagas preenchidas por antiguidade e 13 por eleição.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

- 14.** De acordo com as disposições do Decreto nº 2.479/79, que dispõe sobre o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:
- a) a reintegração decorre de decisão administrativa ou judicial, e consiste no reingresso do funcionário exonerado a pedido ou demitido do serviço público estadual, sem, contudo, ser ressarcido do vencimento e vantagens ligados ao cargo.
 - b) o aproveitamento é o retorno ao serviço público estadual do funcionário colocado em disponibilidade, independentemente da comprovação de sua sanidade físico-mental.
 - c) o funcionário não estável poderá ser readaptado ex-officio ou a pedido em função mais compatível, por motivo de saúde ou incapacidade física.
 - d) a remoção pode ocorrer quando o funcionário estiver em gozo de férias, situação em que estas não serão interrompidas.
 - d) a remoção pode ocorrer quando o funcionário estiver em gozo de férias, situação em que estas não serão interrompidas.
 - e) na reintegração, aquele que ocupar o lugar do funcionário reintegrado, caso não seja estável, deverá ser colocado em disponibilidade remunerada.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

15. Considere os seguintes órgãos

I - Seções Cíveis;

II - Grupos de Câmaras Cíveis;

III - Grupos de Câmaras Criminais;

IV – Tribunais do Júri;

V – Conselhos da Justiça Militar

Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, são órgãos julgadores de segunda instância o assinalado em

- a) Itens I, III e V
- b) Itens II, IV e V
- c) Itens I, II e III
- d) Itens II, III e IV
- e) Itens IV e V

16. Assinale a alternativa que não corresponde a uma competência do Tribunal Pleno

- a) Eleger os dois Desembargadores e dois Juízes de Direito para integrarem o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e seus respectivos suplentes.
- b) Eleger os cinco Desembargadores, estranhos ao Órgão Especial, que devam integrar o Conselho da Magistratura.
- c) Eleger o Presidente, o Corregedor-Geral da Justiça, os 03 Vice-Presidentes.
- d) Eleger o Diretor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.
- e) Elaborar a lista tríplice de advogados para nomeação pelo Presidente da República para comporem o Tribunal Regional Eleitoral.

17. De acordo com a Consolidação Normativa Judicial, a Função Correicional

- a) Consiste na orientação, fiscalização e inspeção permanente sobre os serviços judiciais, sendo exercida em todo o Estado do Rio de Janeiro pelo Corregedor-Geral da Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Direito, nos termos da lei.
- b) Consiste na orientação, fiscalização e inspeção permanente sobre os serviços judiciais, sendo exercida em todo o Estado do Rio de Janeiro pelo Corregedor Nacional de Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Direito, nos termos da lei.
- c) Consiste na orientação, fiscalização, inspeção permanente sobre os serviços judiciais, sendo exercida em todo o Estado do Rio de Janeiro pelo Corregedor-Geral da Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Direito e Agentes Delegados, nos termos da lei.
- d) Consiste na orientação, fiscalização e inspeção permanente sobre os serviços judiciais, sendo exercida em todo o Estado do Rio de Janeiro pelo Presidente do Tribunal de Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Direito, nos termos da lei.
- e) Consiste na orientação, fiscalização e inspeção permanente sobre os serviços judiciais, sendo exercida em todo o Estado do Rio de Janeiro pelo Corregedor-Geral da Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Direito e Chefes de Secretaria, nos termos da lei.

18. Com base na Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção que indica o nome do instrumento de divulgação de notícias de interesse geral, normas, instruções ou orientações uniformizadas voltadas para grupos ou atividades específicos ou não, no âmbito interno e externo

- a) Provimento
- b) Portaria
- c) Aviso
- d) Convocação
- e) Ordem de Serviço

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

19. A Lei nº 13.146/2015 estabelece que é assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário. Assinale a alternativa que não apresenta ações e serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência:

- a) Diagnóstico e intervenção precoces, realizados por equipe multidisciplinar.
- b) Serviços de habilitação e de reabilitação sempre que necessários, para qualquer tipo de deficiência, inclusive para a manutenção da melhor condição de saúde e qualidade de vida.
- c) Atendimento domiciliar multidisciplinar, tratamento ambulatorial e internação.
- d) Campanhas de vacinação.
- e) Atendimento psicológico, inclusive para seus familiares, mas vedado aos atendentes pessoais

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

20. Acerca da ética e da moral, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Existem diferenças entre os conceitos morais de um grupo e de outro, sendo a moral influenciada por fatores sociais.
- b) A ética é um ramo da filosofia que busca o constante questionamento, é especulativa e propicia a quebra de paradigmas e a evolução do pensamento.
- c) A moral decorre exclusivamente de atitudes exteriores e que são tipicamente atemporais.
- d) A moral coloca sempre em ação os indivíduos como tais.

e) A ética é a parte da filosofia e ciência que se ocupa do comportamento moral do homem.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Trata-se de entidade criada por iniciativa do ente federativo, a partir de uma parcela de seu patrimônio, para desempenho de atividades de interesse público na ordem social:

- a) organização social.
- b) serviço social autônomo.
- c) sociedade de economia mista.
- d) empresa pública.
- e) fundação pública.

22. A certidão de tempo de serviço emitida em favor de um servidor público pode ser classificada como ato administrativo:

- a) constitutivo, discricionário e enunciativo.
- b) modificativo, discricionário e negocial.
- c) declaratório, vinculado e ordinatório.
- d) declaratório, vinculado e enunciativo.
- e) constitutivo, vinculado e enunciativo.

23. Após detalhado estudo técnico preliminar, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro realizou licitação para alugar equipamentos de informática para utilização por seus servidores. Nesse sentido, o contrato decorrente do certame poderá ter a duração:

- a) de 12 meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo de 60 meses ou, excepcionalmente, por até 72 meses.
- b) vinculada à vigência dos respectivos créditos orçamentários.
- c) de até 48 meses após o início da vigência do contrato.
- d) de até 120 meses, caso haja interesse da administração e seja evidenciada a natureza inovadora dos referidos equipamentos.
- e) indeterminada.

24. A Constituição Federal prevê que, por meio do Controle Externo, o Congresso Nacional fiscalizará órgãos da administração direta federal e entidades da administração indireta, mediante auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU). Nesse sentido, NÃO é uma das competências do TCU:

- a) aplicar multa proporcional ao dano causado ao erário.
- b) julgar as contas do Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- c) realizar fiscalizações por iniciativa própria.
- d) fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União a Estados mediante convênio.
- e) deliberar sobre a alocação orçamentária.

25. O Covid-19 tem atraído a atenção de toda a comunidade internacional em razão da existência de milhares de pessoas contaminadas mundo afora e alarmante quantidade de mortes. Imagine que um laboratório em Hong Kong, com único representante no território brasileiro, tenha desenvolvido vacina comprovadamente eficaz contra o antígeno, passando a comercializar o produto em regime de exclusividade. Nesta situação hipotética, caso a Administração Pública brasileira pretenda adquirir 100 milhões de doses do produto, ao custo unitário de R\$ 60,00:

- a) deverá realizar procedimento licitatório, sob a modalidade concorrência.
- b) deverá publicar edital de tomada de preços internacional, redigido em português e em inglês.
- c) estará obrigada a realizar convite internacional.
- d) deverá realizar procedimento licitatório, sob a modalidade pregão.
- e) não estará obrigada a contratar mediante procedimento licitatório.

26. Em relação aos poderes da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) os poderes administrativos distinguem-se dos poderes políticos em razão de seu caráter instrumental.
- b) os poderes administrativos possuem estreita correlação com o princípio da indisponibilidade do interesse público, pois concretizam as prerrogativas especiais do regime jurídico-administrativo.
- c) o poder discricionário estará presente nas situações em que a lei expressamente prever ou forem utilizados conceitos jurídicos indeterminados.

d) a expedição de licença para funcionamento de determinado estabelecimento comercial é manifestação do poder vinculado da Administração.

e) abuso de poder consiste na utilização ilegítima das prerrogativas atribuídas ao agente público, podendo resultar de ações ou omissões dos agentes públicos.

27. Determinado servidor público, no exercício de suas atribuições, ao conduzir um veículo oficial, provocou danos materiais e estéticos a determinado particular, em razão de seu atropelamento. Nesta situação, a responsabilidade do servidor será:

- a) subjetiva.
- b) objetiva, sob a teoria do risco administrativo.
- c) objetiva, sob a teoria do risco integral.
- d) subjetiva, embora não alcance os danos estéticos sofridos pelo particular.
- e) contratual.

28. Acerca da revisão do processo administrativo disciplinar (PAD), assinale a alternativa correta:

- a) a alegação de injustiça da penalidade é fundamento ensejador da revisão do PAD.
- b) havendo o falecimento do servidor sancionado, opera-se a preclusão do direito de rever o processo.
- c) a revisão deve ser processada sem qualquer tipo de vínculo com os autos do processo disciplinar anterior, sob pena de nulidade da decisão resultante.
- d) a revisão deve ser conduzida por uma comissão revisora e seu julgamento cabe ao Governador do Estado.
- e) julgada procedente a revisão, a pena anteriormente imposta será tornada sem efeito, restabelecendo-se apenas os direitos pecuniários dela decorrentes.

DIREITO CONSTITUCIONAL

29. No curso de determinado processo criminal movido contra Armínio, famoso banqueiro brasileiro, foi decretada medida cautelar de suspensão do exercício de qualquer atividade econômica, a qual poderia estar sendo utilizada para a prática de infrações penais. O descumprimento da rigorosa medida poderia levar o banqueiro à prisão, o que motivou a instituição financeira a impetrar habeas corpus em favor de Armínio, contra o ato jurisdicional. À luz do que estabelece a atual Carta Política e do posicionamento jurisprudencial em torno do tema, pode-se afirmar que:

- a) A Constituição Federal não permite a impetração de habeas corpus contra medida que supostamente poderia levar à prisão, exigindo-se a coação frontal e direta ao direito de locomoção.
- b) Na situação apresentada, o descumprimento da medida imposta a Armínio poderia levar ao constrangimento à sua liberdade de locomoção, o que justifica a impetração de habeas corpus preventivo.
- c) Trata-se de ação personalíssima e que não admite que terceiros figurem no polo ativo, devendo ter sido impetrada pelo próprio Armínio.
- d) A ação cabível para impugnar o ato desprovido de razoabilidade e proporcionalidade seria o mandado de segurança, jamais o habeas corpus.
- e) No polo ativo da ação jamais poderia figurar a instituição financeira, na qualidade de pessoa jurídica, devendo Armínio ter acionado seu advogado para que este ajuizasse o habeas corpus.

30. Lucélia solicitou, ao servidor de uma autarquia municipal, informações acerca de processo licitatório que havia sido concluído no âmbito da entidade, visando à aquisição de materiais de expediente. O dirigente da autarquia, ao ser consultado a respeito, negou-se a fornecer os dados requeridos por Lucélia, sob a justificativa de ausência de interesse subjetivo da requerente na demanda. Nessa situação, pode-se dizer que:

- a) Caberá o ajuizamento de habeas data, diante da recusa no fornecimento das informações de caráter público.
- b) Lucélia poderá impetrar mandado de segurança, já que o direito de acesso à informação independe de demonstração de interesse pessoal do requerente.
- c) Lucélia, na condição de cidadã, poderá ajuizar ação popular para garantir o acesso aos detalhes do procedimento licitatório e, assim, contribuir para a defesa do interesse e do patrimônio públicos.

d) Não há obrigatoriedade, por parte da autarquia municipal, em fornecer informações que não são de caráter pessoal ou não se destinem à retificação de dados relativos à pessoa do solicitante.

e) Lucélia poderá impetrar habeas data, mas deverá comprovar que houve, de fato, por parte da autoridade administrativa, a negativa no fornecimento das informações.

31. Rízio, há um ano, tomou posse no cargo de juiz substituto estadual. Em seguida, decidiu filiar-se a um partido político e comprar uma casa em uma cidade vizinha, para onde pretende se mudar, nas proximidades da Comarca onde atualmente exerce suas funções. Conforme o que estabelece a atual Constituição:

- a) Rízio não poderá residir fora de sua Comarca, já que os juízes contam com a garantia da inamovibilidade.
- b) Rízio, uma vez que ainda não adquiriu a vitaliciedade, deverá ser aposentado compulsoriamente, em virtude de ter infringido vedação constitucional à filiação partidária.
- c) A filiação partidária afronta as vedações constitucionais impostas à magistratura nacional, mas Rízio poderá residir no novo local escolhido, caso o Tribunal o autorize.
- d) Rízio poderá residir em qualquer Comarca, desde que por iniciativa própria, e não de ofício.
- e) Não há impedimento à filiação partidária mencionada, mas Rízio não poderá se candidatar a nenhum cargo eletivo.

32. Considere as seguintes situações:

- (I) Crime de responsabilidade cometido por Ministro de Estado.
- (II) Habeas data contra ato de Ministro de Estado.
- (III) Crime de responsabilidade cometido por Governador de Estado.
- (IV) Crime de responsabilidade cometido por desembargador de Tribunal de Justiça.
- (V) Crime de responsabilidade cometido por Membro de Tribunal de Contas Estadual.

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, serão julgados pelo Superior Tribunal de Justiça:

- a) I, III e IV.
- b) III e IV, apenas.
- c) IV e V, apenas.
- d) II, IV e V.
- e) I, II e V.

33. O Presidente da República, nos próximos dias, deverá iniciar uma série de viagens diplomáticas e, durante esse período, pretende delegar algumas atribuições a outras autoridades, a fim de dar continuidade aos projetos de sua gestão. A CF/88 autoriza que seja (m) delegada (s) a (s) seguinte (s) atribuição (ões):

- a) Exonerar Ministros de Estado e outros servidores comissionados.
- b) A edição de decreto, dispondo sobre a organização da administração federal, ao Procurador-Geral da República.
- c) Na qualidade de Chefe de Estado, permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional.
- d) A edição de Medida Provisória dispondo sobre extinção de órgãos públicos, desde que não acarrete aumento de despesas.
- e) A extinção de cargos públicos vagos, ao Presidente da Câmara e, na falta deste, ao Presidente do Senado.

34. Lenisberto é empregado público de empresa pública estadual e pretende se candidatar ao cargo de deputado estadual. No entanto, restam dúvidas acerca da possibilidade dessa candidatura, já que seu pai se encontra, atualmente, no seu segundo mandato consecutivo como deputado no mesmo Estado pelo qual o filho tenciona se eleger. A respeito do anteriormente narrado, é possível concluir que:

- a) Não há qualquer impedimento à candidatura de Lenisberto. Caso ele seja eleito, deverá se afastar do emprego público, permanecendo vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.
- b) Não há impedimento à candidatura de Lenisberto, não sendo necessário que se afaste do atual emprego público. No entanto, a soma das remunerações percebidas simultaneamente deverá respeitar os limites impostos pelos tetos constitucionais.
- c) A candidatura de Lenisberto ao cargo de deputado, no mesmo Estado onde o pai atualmente exerce o mandato, é vedada, por incidir em hipótese de inelegibilidade reflexa, o que não impede a eleição para cargos em circunscrições distintas.
- d) Lenisberto, na qualidade de empregado público, não sofre qualquer limitação no tocante à candidatura para cargos eletivos, tampouco à acumulação remunerada de funções.
- e) Lenisberto poderá se candidatar a qualquer cargo eletivo federal, mas deverá, se eleito, aderir ao Regime Próprio de Previdência.

35. Suponha que Gerinalda, analfabeta, tenha sofrido condenação criminal em primeira instância e o juiz tenha decretado sua prisão preventiva. Apesar disso,

sonha, algum dia, poder candidatar-se à Presidência da República. Segundo o que determina a Constituição Federal, Gerinalda:

- a) Perderá seus direitos políticos, o que inviabiliza, por consequência, os planos de uma eventual candidatura.
- b) Não poderá, enquanto sustentar a condição de analfabeta, votar nem ser votada.
- c) Poderá vir a se candidatar, caso a prisão seja revogada pelo juiz.
- d) Poderá lançar sua candidatura e, caso venha a ser eleita e sofra condenação definitiva, perderá o mandato.
- e) Poderá alistar-se como eleitora, mas não poderá se candidatar a nenhum cargo eletivo na Federação Brasileira.

36. Lucrécio foi eleito senador da República, mas veio a falecer dois dias após a posse. Seguindo as regras previstas na Constituição para o Poder Legislativo, pode-se afirmar que:

- a) Lucrécio será substituído pelo suplente que, desde o momento da diplomação, já possuía as mesmas imunidades aplicáveis ao titular.
- b) Deverá ser eleito um novo ocupante para a sua vaga, uma vez que os suplentes apenas substituem o titular de forma eventual.
- c) O suplente deverá completar o restante da legislatura, apenas, devendo ser realizadas novas eleições após o término dos 4 primeiros anos do mandato.
- d) Lucrécio será substituído pelo suplente que, a partir de então, passará a gozar das mesmas imunidades aplicáveis aos parlamentares federais.
- e) Não havendo suplente, o cargo permanecerá vago até as próximas eleições.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

37. O Código de Processo Civil estabelece normas fundamentais norteadoras. Dentre elas, não está incluso o princípio:

- a) dispositivo.
- b) da identidade física do juiz.
- c) da inafastabilidade da jurisdição.
- d) da paridade de armas.
- e) da cooperação.

38. A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e poderá ter por objeto:

- a) citação, intimação e notificação judiciais, excluídas as extrajudiciais.
- b) colheita de provas e obtenção de informações.
- c) homologação e cumprimento de decisão, desde que haja reciprocidade.
- d) concessão de medida judicial ou extrajudicial de urgência.
- e) qualquer outra medida judicial não proibida pela lei brasileira, excluídas as extrajudiciais.

39. O chamamento ao processo é uma modalidade de intervenção de terceiro que:

- a) Pode ser requerida pelo autor ou pelo réu.
- b) Deve ser requerida apenas pelo autor.
- c) A citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de 30 dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.
- d) O prazo para citação poderá ser aumentado para 1 mês caso o chamado resida em outra comarca, seção ou subseção judiciárias, ou para 2 meses caso esteja em lugar incerto.
- e) É cabível chamamento ao processo de afiançado, mas não de fiadores.

40. A suspeição do juiz é uma causa relativa de parcialidade, cabendo as partes a demonstração de sua ocorrência. Com base no disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa que não apresenta causa de suspeição do juiz:

- a) Quando for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
- b) Quando receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio;
- c) Quando figurar como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços.
- d) Quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.
- e) Quando estiver interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.

41. A tutela de evidência é uma das espécies de tutela provisória. Sobre tal medida, pode-se afirmar que:

- a) A tutela de evidência não exige a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
- b) A tutela de evidência não pode ser concedida liminarmente.
- c) O abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte autoriza a concessão de decisão liminar do juiz quanto à tutela de evidência.
- d) Se a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor e o réu não opuser prova capaz de gerar dúvida razoável, o juiz poderá decidir liminarmente.
- e) A tutela de evidência será concedida quando as alegações de fato puderem ser comprovadas por qualquer forma admitida em direito e houver tese firmada em súmula vinculante.

42. Considerando o disposto no Código de Processo Civil sobre o julgamento conforme o estado do processo, pode-se afirmar que:

- a) Caso o juiz decida apenas parcela do processo, a decisão será impugnável por apelação.
- b) A decisão que julgar parcialmente o mérito só poderá reconhecer a existência de obrigações líquidas.
- c) Havendo julgamento antecipado parcial do mérito, a parte deverá aguardar o trânsito em julgado para que possa executar a decisão.
- d) Quando do saneamento e da organização do processo, as partes poderão pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes a qualquer tempo, desde que antes da realização da audiência de instrução e julgamento.
- e) Caso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo comum não superior a 15 dias para que as partes apresentem rol de testemunhas.

43. A Lei nº 11.419/2006 dispõe sobre a informatização do processo judicial. De acordo com a referida lei, é correto que:

- a) A sua aplicação é restrita ao processo civil e aos juizados especiais.
- b) A transmissão eletrônica é toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, exclusivamente pela rede mundial de computadores.
- c) A assinatura eletrônica só admite a forma de assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica.
- d) O envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica, sendo dispensado o credenciamento prévio no Poder Judiciário.
- e) Consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Judiciário, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico. Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as 24 horas do seu último dia.

44. O mandado de segurança será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade. A Lei nº 12.016/2009 também estabelece hipóteses em que não cabe o referido remédio constitucional. Com base no disposto na Lei, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- b) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- c) Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- d) Não é possível impetrar mandado de segurança em favor de terceiro.
- e) É incabível mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

45. Recentemente, a Lei 13.964/19 incluiu no CPP o chamado “acordo de não persecução penal”, cabível em determinadas situações.

Assinale a alternativa que apresenta uma situação em que NÃO será possível a celebração do acordo de não persecução penal:

- a) se não for cabível transação penal
- b) se o investigado for reincidente, ainda que insignificantes as infrações penais pretéritas
- c) ter sido o agente beneficiado nos 10 anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo.
- d) nos crimes contra a administração pública
- e) nos crimes com violência ou grave ameaça à pessoa

46. José foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de roubo simples (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa). Apresentada resposta à acusação, o Juízo entendeu não estar devidamente comprovada a autoria delitiva, embora haja prova da materialidade e indícios suficientes de autoria.

Nesse caso, deverá o magistrado:

- a) absolver sumariamente o réu
- b) rejeitar a denúncia
- c) não receber a denúncia
- d) determinar a intimação do Ministério Público, para que indique novas provas
- e) receber a denúncia e designar dia e hora para a audiência, ordenando a intimação das partes

47. José foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de estupro (pena: reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos). Recebida a denúncia, o Juízo determinou a citação de José no endereço indicado na inicial acusatória. O Oficial de Justiça, contudo, certificou que José não mais residia no local, estando em local desconhecido. O Juízo, após diversas diligências para obter o novo endereço do réu, não conseguiu localizá-lo.

Nesse caso, é correto afirmar que o Juiz deverá:

- a) suspender o processo e o curso do prazo prescricional
- b) suspender apenas o processo, sem suspensão do curso do prazo prescricional
- c) determinar a citação por hora certa
- d) determinar a citação por edital e, caso o réu não se defenda nem constitua advogado, suspender o processo e o curso do prazo prescricional

e) determinar a citação por edital, bem como a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, ainda que o réu constitua advogado

48. Acerca do Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta:

a) O Tribunal do Júri é composto por 01 juiz togado, seu presidente e por 25 jurados que serão sorteados dentre os alistados, 07 dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.

b) O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 21 anos de idade e de notória idoneidade.

c) À medida que as cédulas forem sendo retiradas da urna, o juiz presidente as lerá, e a defesa e, depois dela, o Ministério Público poderão recusar os jurados sorteados, até 02 cada parte, sem motivar a recusa.

d) Durante o julgamento não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 05 dias úteis, dando-se ciência à outra parte.

e) O risco à segurança pessoal do acusado não é motivo idôneo para a determinação do desaforamento

49. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa CORRETA:

a) Em se tratando de crime de ação penal pública condicionada à representação, a instauração do inquérito poderá ser realizada “de ofício” pela autoridade policial

b) Como regra, o inquérito deverá ser concluído em 30 dias, a contar da data do fato criminoso, caso esteja solto o indiciado

c) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

d) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito, salvo em caso de prescrição.

e) Por se tratar de procedimento judicial preparatório, não predomina o sigilo no inquérito policial.

50. Maria ajuizou queixa-crime em desfavor de José e Pedro. No curso do processo, Maria convidou Pedro para ser padrinho de seu casamento, dando a entender que a rusga pela prática da infração penal estava superada.

Nesse caso, é correto afirmar que:

a) Houve perdão tácito em favor de Pedro, estendendo-se a José; todavia, o perdão deverá ser aceito pelos beneficiários para que produza seus regulares efeitos.

b) Houve perdão tácito em favor de Pedro, estendendo-se a José; o perdão não dependerá de aceitação para produzir efeitos.

c) Houve renúncia tácita em favor de Pedro, estendendo-se a José; a renúncia não dependerá de aceitação para produzir seus efeitos

d) Houve renúncia tácita em favor de Pedro, mas que não se estende a José

e) Não houve renúncia nem perdão do ofendido

51. Nos termos do Código de Processo Penal, em se tratando de ação penal privada, falecendo o ofendido, o direito de ajuizar queixa-crime ou prosseguir na ação passa a alguns sucessores. Assinale a alternativa que NÃO apresenta um legitimado para ajuizar queixa-crime ou prosseguir na ação privada, em caso de morte do querelante:

a) o avô

b) o tio

c) o irmão

d) o bisneto

e) o bisavô

52. José foi preso em flagrante, pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes (pena: reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e multa). Nesse caso, acerca da liberdade provisória e da fiança, é correto afirmar que:

a) A autoridade policial poderá conceder liberdade provisória sem fiança

b) A autoridade policial poderá conceder liberdade provisória, desde que mediante o pagamento de fiança

c) Somente o Juiz poderá conceder liberdade provisória, mas não será possível a concessão de fiança

d) O Juiz poderá conceder liberdade provisória, com ou sem fiança

e) Não será cabível arbitramento de fiança e, portanto, será incabível a concessão de liberdade provisória

LEGISLAÇÃO

53. Com base na Consolidação Normativa Judicial, as serventias judiciais afixarão, em local visível e que facilite o acesso e a leitura pelos interessados, quadro que conterà, entre outros, as tabelas publicadas anualmente pela Corregedoria Geral da Justiça, com os valores de custas ou emolumentos correspondentes a cada ato, atualizados e expressos em moeda corrente.

Esse quadro será

- a) no mínimo 1,00m x 0,50m
- b) no máximo 1,00m x 0,50m
- c) no mínimo 1,50m x 1,00m
- d) no máximo 1,50m x 1,00m
- e) não há um padrão de tamanho

54. A gerência do cartório deverá ser voltada para o atendimento dos seguintes objetivos, exceto

- a) unificação da metodologia de trabalho visando ao melhor gerenciamento das atividades cartorárias;
- b) simplificação dos procedimentos a serem adotados nas diversas áreas de aplicação dos serviços judiciais;
- c) capacitação dos servidores para desempenho das diversas etapas do processamento integrado;
- d) fortalecimento da função de chefia e liderança do Escrivão ou Responsável pelo Expediente Chefe de Serventia e seu constante aprimoramento;
- e) aperfeiçoamento dos serviços extrajudiciais

55. Caso um advogado retenha indevidamente autos do processo, o Chefe de Serventia ou servidor a sua ordem dará cumprimento à ordem legal do processo realizando

- a) Independentemente de despacho judicial irá intimar o advogado detentor de autos não devolvidos no prazo estabelecido, por DJERJ da Justiça a restituí-los em 3 (três) dias e, em caso de descumprimento, expedir mandado de busca e apreensão de ofício e independentemente do recolhimento de custas.
- b) Efetuará comunicação telefônica para que devolva os autos no prazo de 24 horas.
- c) Independentemente de despacho judicial expedirá mandado de busca e apreensão de ofício e independentemente do recolhimento de custas.

d) Após despacho judicial, irá intimar o advogado detentor de autos não devolvidos no prazo estabelecido, por DJERJ da Justiça a restituí-los em 3 (três) dias e, em caso de descumprimento, expedir mandado de busca e apreensão de ofício e independentemente do recolhimento de custas.

e) Após publicação do despacho judicial, expedirá mandado de busca e apreensão, mediante prévio recolhimento de custas.

56. Salvo disposição legal ou determinação judicial em contrário, o prazo para cumprimento de precatórias e alvarás, exceto de soltura, será de

- a) 5 dias
- b) 10 dias
- c) 15 dias
- d) 30 dias
- e) 60 dias

57. As Centrais de Audiência de Custódia instaladas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro desempenharão suas atribuições

- a) de segunda a sexta no horário de 9hs às 18hs.
- b) de segunda a sexta no horário de 13hs às 19hs.
- c) de segunda a sexta no horário de 8hs às 18hs.
- d) de segunda a sábado no horário de 10hs às 18hs.
- e) de segunda a sexta no horário de 11hs às 19hs.

58. Nas causas, _____ criminais, que versem sobre interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais indisponíveis, se ocorrer paralisação do feito por mais de _____, em decorrência da contumácia da parte, o Escrivão Chefe de Serventia dará vista dos autos ao _____ antes de abrir conclusão.

Preenche corretamente as lacunas

- a) exceto; 20 dias; Corregedoria-Geral de Justiça
- b) inclusive; 30 dias; Ministério Público
- c) inclusive; 15 dias; Delegacia de Polícia
- d) exceto; 60 dias; Juiz Diretor do Fórum
- e) exceto; 90 dias; Presidente do Tribunal de Justiça

59. Segundo o Regimento Interno do TJ-RJ, assinale a opção correta

- a) A Secretaria do Órgão Especial também funcionará como Secretaria do Tribunal Pleno, sempre que se reunir, salvo em sessão extraordinária.
- b) O Tribunal Pleno será convocado pelo Corregedor-Geral ou mediante autoconvocação para deliberação de assunto institucional do Poder Judiciário.
- c) A autoconvocação do Tribunal Pleno deverá ser subscrita pela maioria absoluta de seus integrantes.
- d) O Presidente do Tribunal terá até 5 dias para designar a data da reunião plenária.
- e) A pauta especificará a matéria a ser deliberada, salvo as urgentes.

60. Compete ao Órgão Especial

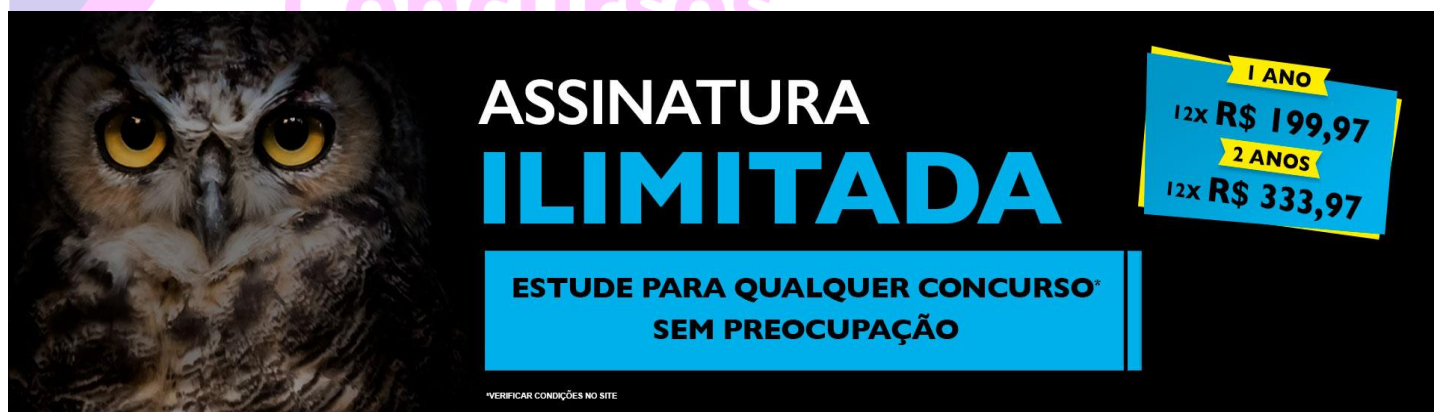
- a) exercer superior inspeção e manter a disciplina na Magistratura, determinando correições e sindicâncias.
- b) velar pela conduta dos Magistrados, exigindo-lhes a observância das obrigações estabelecidas em lei e dos deveres inerentes ao cargo.
- c) promover as medidas de ordem administrativa necessárias à instalação condigna dos serviços judiciários e seu funcionamento.
- d) determinar, mediante provimento geral ou especial, as medidas necessárias ao funcionamento da Justiça, ao seu prestígio e à disciplina forense.
- e) processar e julgar, originariamente o Vice-Governador e os Deputados Estaduais, nos crimes comuns.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-15-03-20>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE